**ASSOCIAÇÃO JUNIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL.**

9,0

**O TRABALHO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL DENTRO DAS
PERSPECTIVAS ATUAIS**

ARIANE GARCIA ORIVES

ORIENTADOR: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

VILHENA/2008

**ASSOCIAÇÃO JUNIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL.**

**O TRABALHO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL DENTRO DAS
PERSPECTIVAS ATUAIS**

ARIANE GARCIA ORIVES

ORIENTADOR: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

“Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Especialização em: Gestão, Supervisão e Orientação Educacional”.

VILHENA/2008

**ASSOCIAÇÃO JUNIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES.**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GREDTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ilso Fernandes do Carmo
Orientador

*À família que me ensinou valores inestimáveis. e, em especial a meu esposo pela confiança dedicada a mim,
por me ajudar nos momentos difíceis e entender a minha ausência., e aos meus dois filhos amados*

*A Deus, minha fortaleza.
A todos os mestres que contribuíram para o meu crescimento, especialmente, o orientador.
Aos colegas pelos momentos juntos partilhados.*

Asas para voar

*“Sobre a vida dos homens
Muito há para ponderar
Que lugares ocupam?
Que tarefas executam?
Pare para questionar
Por que uns só conseguem andar
E outros são capazes de voar?
Com a sorte contam alguns
E as questões do cotidiano os detêm
Seguem o curso que leva a lugar nenhum
E estagnados os mantém.
enquanto outros não contentes
Com a mediocridade humana vigente
Na labuta diária seguem em frente
Recusam a morte e tudo que é inerente,
E novamente a questão verte
Por que alguns só conseguem andar
Enquanto outros devem voar?”*

Steven E. Garner
(Tradução de Sueli A. B. Moreira.)

RESUMO

A preocupação com a qualidade de vida acompanha a humanidade, especialmente no tocante às necessidades individuais. Numa sociedade cada vez mais exigente e competitiva, há uma cobrança cada vez maior por parte de seus componentes no que se refere à qualidade no atendimento de suas necessidades. Assim, a instituição escolar precisa se adaptar a essa realidade, procurando se adequar a fatores que contribuam de forma efetiva para a excelência na construção do conhecimento. Tais desafios modificaram o modo de pensar e agir em relação ao fazer pedagógico, locus onde interagem ações dos mais diferentes profissionais da educação, conscientes de seu papel para com a sociedade. Nesse contexto destaca-se o papel do orientador educacional como importante componente para vencer esses desafios, rumo a uma educação de qualidade. Analisar a contribuição do orientador educacional junto à equipe gestora, a fim de que, se possa garantir a melhoria qualitativa do processo educativo e conseqüentemente na qualidade de vida do mesmo, se constitui no principal objetivo desse trabalho. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, com base em autores como: GRINSPUN (1996), LÜCK (2002), PARO (1997), ALARCÃO (2005), entre outros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	11
1.1 Concepção norteadora da orientação educacional.....	11
1.2 Princípios e funções.....	13
1.3 Orientação educacional planejada.....	16
CAPÍTULO 2 – EDUCANDOS, EQUIPE GESTORA E INSTITUIÇÃO FACE À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	19
2.1 A sociedade da informação..... I.....	19
2.2 Sociedade contemporânea e as novas competências.....	21
2.3 Educandos, educadores e a sociedade da aprendizagem.....	24
2.4 Instituição escolar e equipe gestora.....	25
CAPÍTULO 3 – CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA	27
3.1 Escola, comunidade com projeto.....	27
3.2 Atribuições do orientador educacional.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

O mundo em que estamos vivendo se transforma aceleradamente. A evolução tecnológica, científica, social, a quantidade de informações e inovações que se apresentam desvelam situações inusitadas, surpreendentes, que exigem preparo, competência, sabedoria para que possamos lidar com elas. Situando esta reflexão ao ambiente escolar, gestores e educadores, igualmente, deparam-se diariamente com situações que precisam ser resolvidas, muitas vezes, colocando em xeque conhecimentos pré-estabelecidos, valores arraigados.

Diretores, orientadores educacionais, educadores, e demais profissionais envolvidos nas relações escolares são profissionais que lidam com o inesperado.

Planejamentos, reuniões pedagógicas, planos de ação ou estudos nem sempre dão subsídios frente a determinadas situações que acabam por mobilizar, desestabilizar, colocando em questão determinados saberes.

Na organização escolar temos o diretor e vice-diretor, autoridades responsáveis pela administração do todo da escola. Constituindo a equipe gestora da mesma, temos o orientador educacional, objeto de pesquisa do presente estudo, cuja função é na maior parte dos casos, prestarem consultoria a direção e servirem de interlocutores entre os pais, o aluno e a escola. Disciplinam o estudante, reúnem-se e discutem problemas didáticos e disciplinares com os educadores e com os pais do educando, aplicam e interpretam testes padronizados, promovem eventos que

estimulam o relacionamento interpessoal, e aconselham o encaminhamento a psicólogos e psiquiatras dos casos de desvios mais complexos.

Subentendendo-se, assim, que a orientação educacional, integrada a equipe gestora, deverá ser um processo cooperativo devendo: mobilizar a escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos; cooperar com o professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular.

Dessa forma, este trabalho tem como principal objetivo, analisar a contribuição do orientador educacional junto à equipe gestora, a fim de que, se possa garantir à melhoria qualitativa do processo educativo e conseqüentemente a qualidade de vida do mesmo. Levando-se em consideração que no atual contexto social, o papel dos atores envolvidos no processo educativo é fundamental para que se concretize um novo direcionamento no âmbito das políticas educacionais em vigência.

Levando-se em consideração que as pesquisas realizadas na área de educação são em sua maioria, inseridas no contexto das abordagens qualificativas, os princípios metodológicos serão guiados pela pesquisa bibliográfica, embasando-se em autores como: GRINSPUN (1996), LÜCK (2002), PARO (1997), ALARCÃO (2005), entre outros. Assim, o trabalho será estruturado da seguinte forma.

O primeiro capítulo aborda os fundamentos históricos da orientação educacional, seu papel no âmbito escolar, e sua função como profissional da educação. No segundo capítulo, é elencada a problemática das competências de acesso, frente à sociedade da informação e da aprendizagem, e as exigências que se colocam aos educandos, educadores e toda equipe que compõem o interior organizacional da escola, destacando a importância do trabalho da mesma para enfrentar os desafios frente à contemporaneidade. O terceiro capítulo enfoca a importância do projeto educativo para a construção da identidade da instituição escolar compromissada com a transformação social, e a contribuição do orientador educacional, junto à gestão democrática. E, por fim as considerações sobre o papel da orientação educacional junto à gestão democrática, aliadas num trabalho colaborativo na construção do projeto educativo, para efetive os propósitos aos

quais a escola se propõem numa sociedade cada vez mais exigente e competitiva. Logo a seguir, o referencial teórico abordado para o desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

1.1 – CONCEPÇÃO NORTEADORA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Da mesma forma que a educação, a orientação está inserida num contexto sociocultural, político e econômico que a caracteriza de uma forma única e específica no momento histórico que se tem como base de análise.

Conforme afirma GRINSPUN (1996, p.62):

“A escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferências de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural”.

Assim, a orientação educacional manteve sempre estreita relação com as tendências pedagógicas, sendo seu trabalho desenvolvido de acordo com o que se esperava nas diversas concepções. Surge no contexto educacional brasileiro, a orientação entre os anos de 1920 a 1941, nesse período, ficando conhecido como implementador, caracterizado por destaque nos trabalhos de seleção e escolha profissional. Posteriormente, a orientação vive o período denominado funcional e institucional, sendo nessa fase caracterizada pela sua exigência nas escolas.

Outra fase da orientação educacional ficou conhecida como período transformador, sendo caracterizada como educativa na Lei nº 4024/61, até a profissionalização dos que atuam nessa área, através da Lei nº 5540/68. De 1971 a 1980 vive-se o período disciplinador. Nesse período surge a obrigatoriedade da O.E nas escolas de 1º e 2º graus, através da Lei nº 5692/71. Na década de 80, teve início o período questionador. É, nesse período que mais se questiona a orientação educacional, tanto em termos de formação de seus profissionais, quanto da prática

realizada. A partir de 1990, o período denominado orientador, vive-se a "orientação" da Orientação Educacional pretendida. Surgem, nesse período, muitas dúvidas quanto à orientação educacional, havendo questionamentos como: Acaba a orientação? E se na nova lei não aparecer a Orientação Educacional? Qual o futuro do orientador, em termos de mercado de trabalho, se muitas escolas, inclusive da rede oficial não têm, nos seus quadros, esse profissional? Qual será a nova prática que teremos? Dessa forma, é evidente que a O.E apresentou funções e características de acordo com seu contexto histórico caracterizado pelos fundamentos da psicologia (GRINSPUN, 2002).

Hoje, vivemos a fase crítica, em que se procura ajudar o aluno no seu desenvolvimento global, com os seus problemas e o significado dos mesmos junto ao momento histórico em que vivemos. Nesse sentido, o orientador educacional é considerado um educador e seu trabalho está voltado para o que é fundamental na escola, o currículo, o ensinar e o aprender e todas as inter-relações estabelecidas. A exemplo escreveu FREIRE (1996, p. 46):

“Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda em assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”.

Dessa forma, a orientação educacional consiste em um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam, especialmente os educadores para que, na formação desse homem coletivo, auxiliem cada educando a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores socioeconômicos, políticos, ideológicos e éticos que o permeiam e os mecanismos por meio dos quais ele possa superar a alienação proveniente de nossa organização social, tornando-se, assim, um elemento consciente e atuante dentro da organização social, contribuindo para sua transformação.

Dessa forma, GRINSPUN (1996, p.13) afirma: *“a necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de orientação, voltada para construção de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente”.*

Conforme afirma GRINSPUN (2001, p.125):

“A Orientação Educacional deseja contribuir para a formação dos trabalhadores [...] possibilitando a alunos/trabalhadores/cidadãos o acesso aos conhecimentos, apropriação de instrumentos de ciência e

de princípios teóricos e metodológicos construídos socialmente pelos homens, por meio de seu trabalho, como direito de todos".

O que implica pensar a educação como um processo social de formação do homem coletivo responsável pela construção não só do seu futuro, mas de toda sociedade. Assim sendo, o papel da escola é promover o desenvolvimento do indivíduo, tornando-o capaz de enfrentar as mais diversas situações porque conta com uma bagagem valiosa de experiências e apresenta um raciocínio sempre aberto a estabelecer com o mundo que o cerca, novas relações.

1.2 PRINCÍPIOS E FUNÇÕES

Segundo LÜCK (2002), a orientação educacional possui os seguintes princípios que traduzem uma política de ação, a qual permeia todos seus momentos e atos:

- É um processo contínuo, dinâmico, sistemático e integrado em todo o currículo escolar;
- É um processo cooperativo e integrado em que todos os educadores assumem papel ativo e de relevância;
- Vê o aluno como um ser global que deve desenvolver-se harmoniosamente em todos os seus aspectos: emocional, intelectual, físico, social, ético e profissional;
- É um processo de assistência (direta ou indiretamente) a todos os educandos;
- Deve promover situações e condições que favoreçam o desenvolvimento do educando e a prevenção de situações de dificuldade.

Para tanto, a função do educador, juntamente com o orientador educacional, é refletir sobre a relação ensino e aprendizagem que ocorre em sala de aula, identificando aspectos que necessitem de ampliação, aprofundamento ou modificação de modo a garantir a construção de conhecimento do aluno em direções cada vez mais conscientes com os objetivos propostos.

Conforme afirma GRISPUM (2002, p. 27), essas novas mudanças começaram a surgir no início da década de 1990, quando muitos acontecimentos permitiram tal processo, passando a educação e a orientação a andarem juntas, sendo *“os orientadores (...) os coadjuvantes na prática docente”*.

Em decorrência, suas funções não se restringem ao aspecto aprendizagem intelectual, mas abrangem a ética e a política, abrangendo as crenças, valores e formas de agir de seus alunos que extrapolam a sala de aula,

interferindo na formação do cidadão que, estará contribuindo, por meio desses aspectos, para a transformação do sistema social em que vive.

Neste processo, o aluno é considerado sujeito de sua história e consciente do mundo em que vive. Portanto, um cidadão consciente de seus direitos e deveres. Nesta perspectiva, o orientador propicia em primeiro momento, condições mobilizadoras do meio externo, possibilitando o contato mais próximo do aluno com a realidade.

Hoje o orientador educacional, no discurso de GRINSPUN (2002), não atua mais por ser uma profissão que deva existir pela “obrigação”, pois na Lei 9394/96 não há a obrigatoriedade da orientação:

“mas por efetiva consciência profissional, o orientador tem espaço próprio junto aos demais protagonistas da escola para um trabalho pedagógico integrado, compreendendo criticamente as relações que se estabelecem no processo educacional.” (GRINSPUN, 2002, p.28).

Enfatiza GRISPUN (2002), à importância da interdisciplinaridade dentro da escola, em que o trabalho de todos é realizado em conjunto, conectado, no qual todos buscam os melhores processos e resultados. A orientação tem que servir para esse novo tempo, no qual a educação lida com o real e suas perspectivas. Relatando que:

“O principal papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno por inteiro: com utopias, desejos e paixões. (...) a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um serviço de orientação para atender aos excluídos (...), mas para entendê-lo, através das relações que ocorrem (...) na instituição Escola.” (IDEM, 2002, p. 29)

A orientação, assim entendida, deverá ser vista como uma atividade, disciplinar (sentido de ação), dentro da escola, que ajudará, facilitará os meios e as condições necessárias para o aluno buscar, discutir, pensar, refletir, problematizar, agir sobre dados e fatos necessários à construção do seu conhecimento, à formação do seu entendimento como cidadão.

A atuação do orientador educacional atinge toda a comunidade escolar, por meio do trabalho com alunos, familiares, professores, funcionários e equipe diretiva da qual faz parte. Nesse sentido, GRISPUN (2003) identifica algumas possibilidades de trabalho do Orientador com cada um dos segmentos da escola: alunos, professores, direção, funcionários da escola, pais e comunidade em geral.

Em relação aos alunos, GRISPUN (2003, p. 109) sugere:

“Auxiliá-los através de uma prática pedagógica que estimule sua participação, desenvolvendo sua capacidade de criticar e fundamentar sua crítica, de optar e assumir a responsabilidade de suas escolhas, de participar do planejamento, da execução e da avaliação do trabalho pedagógico. [...] O orientador trabalha o aluno para seu desenvolvimento pessoal, visando à participação dele na realidade social.”

O trabalho com os professores deve ser realizado por meio de uma reflexão crítica da prática pedagógica. O Orientador deve contribuir para a discussão de questões técnico-pedagógicas da escola, como finalidades do processo pedagógico, sistema de avaliação, questões referentes à evasão e repetência escolar, realidade dos alunos, recursos físicos e materiais de que a escola dispõe, metodologias empregadas, etc.

No que se refere à direção, o orientador educacional deve procurar colaborar, ou seja, participar tanto das decisões tomadas e da obtenção de dados inerentes aos aspectos administrativos, bem como da organização de toda a prática responsável pela infra-estrutura da escola.

Em relação aos funcionários da escola, aos pais e à comunidade em geral, GRINSPUN (2003, p. 109) sugere, respectivamente:

“Colaborar na valorização de suas tarefas, considerando-as necessárias ao bom desenvolvimento da organização da escola. [...] O orientador deve procurar trabalhar a auto-estima, a identidade profissional e suas atribuições para o funcionamento da escola. [...]”

Trazer os pais para a escola constitui uma das atividades do orientador. Ele faz com que eles participem do projeto dela de diferentes formas, desde o planejamento do projeto pedagógico até as decisões que a escola deve tomar.”

Contudo, destacamos a importância da sincronicidade na realização do trabalho do orientador educacional. Está sendo entendida como a ocorrência simultânea e crítica de componentes políticos humano-interacionais e técnicos, que se traduz em sua ação, ocorrência essa que gera movimentos que é ação de e entre professor-aluno-realidade.

Esse movimento engendra novas compreensões da totalidade do fenômeno educativo, no qual há reestruturação contínua e consistente em todos, em cada um e na relação entre esses componentes, na medida em que se define e redefine um projeto-político-pedagógico coletivo. Com isso, o orientador passa a ser visto como um educador consciente. Essa consciência permite que ele perceba o

que acontece em sua sincronicidade para então operar, interferir, buscar alternativas e transformar.

Enfim, a orientação educacional dinamiza o fenômeno educacional, abrindo os olhos para a verificação do cotidiano para, assim, orientá-los para a realidade social, como fenômeno educativo que acontece além da escola, compreendendo o processo de formação atitudinal e de vivência, onde a individualidade tem valor, a partir da cultura, auto-estima, valores e crenças. A maioria dos autores que estudam a tarefa de administrar, gerir, organizar, dirigir, tomar decisões, as reúne todas no conceito de administrar, nesse sentido, para PARO (1997, p. 152):

“[...] a administração é a utilização de recursos para a realização de fins determinados (...) os recursos envolvem, por um lado, os elementos materiais e conceptuais que o homem coloca entre si e a natureza para dominá-la em seu proveito, por outro, os esforços despendidos pelos homens e que precisam ser coordenados com vistas a um propósito comum (...). A administração pode ser vista, assim tanto na teoria como na prática, como dois amplos campos que se interpenetram; A “racionalização do trabalho” e a coordenação do esforço humano e coletivo.”

Nesse processo se destaca a importância do trabalho do orientador educacional que é a de promover a integração de todos os profissionais da escola, conscientizando-os da necessidade de estarem em sintonia no fazer pedagógico, ou seja, despertarem para a dimensão política que está presente em suas ações, e se revela pela relação ética do educador com a realidade social; pela sua capacidade de planejamento e previsão, pela sua atitude; pela preocupação em relacionar conteúdo e metodologia à realidade de vida do aluno, selecionando conteúdos e metodologias que sejam pertinentes aos interesses da comunidade escolar.

A construção de uma escola de qualidade implica um trabalho coletivo de todos os que estão comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem. Ao participar ativamente com todos os atores da escola e com a comunidade em geral, o orientador poderá refletir sobre as ações requeridas para o momento presente e para o caminho futuro da escola e da comunidade.

1.3 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL PLANEJADA

Segundo LÜCK (2002, p. 19), o planejamento em orientação educacional oferece inúmeras vantagens. Pode-se citar que, por meio dele, é possível: Definir e ordenar objetivos a serem alcançados; Estruturar e direcionar as ações a serem tomadas; Tornar claras e precisas as responsabilidades quanto ao desenvolvimento das ações; Racionalizar a distribuição de tempo, energia e recursos; Evitar a duplicação de recursos e esforços; Facilitar o controle efetivo das ações e sua avaliação; Diminuir a possibilidade de omissões de pessoas em relação a responsabilidades que devem ser por elas assumidas; Promover motivação e interesse dos educadores pelas ações; Controlar o surgimento de dificuldades inesperadas e de imprevistos; Assegurar a realização e utilização do potencial da situação educacional; Possibilitar o controle de circunstâncias e de situações a serem envolvidas na ação; Garantir o estabelecimento de continuidade de ações.

Assim como no trabalho docente, o planejamento pedagógico é a atitude crítica do educador. É flexível e, como tal, permite repensar, revisar e buscar novos significados para a prática pedagógica, pois, revela a intencionalidade do processo educativo, e, é marcado pelo planejamento, o qual se traduz no traçar, programar e documentar a proposta de trabalho. Ao documentar o processo, o planejamento é instrumento orientador do trabalho docente.

Por sua vez, a orientação educacional é uma área de ação cuja necessidade de planejamento se torna ainda mais premente quando se evidencia a complexidade de seus objetivos e o conseqüente risco de sua ação perder especificidade. A orientação educacional planejada, sujeita ao princípio de ação organizada e liberta de hesitações ou improvisações inadequadas, deve ser um dos objetivos de tantos quantos se preocupam com sua credibilidade, sua eficácia e sua própria razão de ser.

Quanto mais complexa for à tarefa a desempenhar, mais necessário se torna o seu planejamento e mais atenção deve ser dada ao mesmo. Tal é o caso da orientação educacional, uma área em que a necessidade do planejamento é agravada ainda mais, quando o Orientador tem em mente que, a fim de promover o desenvolvimento integral do educando, é imprescindível que a ação educativa seja intimamente intensificada e aprimorada.

O plano anual de ação em orientação educacional caracteriza-se por apresentar as linhas globais de ação no âmbito da Orientação Educacional para o

ano a que se refere, a fim de que sejam estabelecidas a continuidade e a sistematização das ações. Essas linhas globais correspondem ao posicionamento da Orientação Educacional no processo educacional proposto pela escola.

Conforme LÜCK (2002), o planejamento em orientação educacional, a fim de ser eficaz, deve pautar-se pelos princípios anteriormente apontados, como também pelas seguintes diretrizes: a) a promoção do bem-estar do educando, do seu desenvolvimento e de sua auto-direção deve constituir-se como base para todas as ações e objetivos da orientação educacional; b) a realidade do aluno e do seu contexto socioeconômico e cultural deve ser levada em consideração, quando da proposição de objetivos e atividades; c) a maximização das habilidades e interesses de professores, dos pais e dos demais participantes diretos do processo de orientação educacional, bem como de agências da comunidade, deve ocorrer em todas as fases do planejamento; d) todas as pessoas a serem envolvidas na implementação do programa devem participar da fase de seu planejamento, contribuindo com suas idéias para o mesmo.

Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e interesses em relação ao planejamento em orientação educacional devem constituir-se como motivação para todos quantos atuam nessa área, tendo em vista a relevância dessa função como elemento básico da qualidade e consistência da ação educativa.

CAPÍTULO 2 – EDUCANDOS, EQUIPE GESTORA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR FACE À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

2.1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A sociedade da informação, como sociedade aberta e global, exige competência de acesso, avaliação e gestão da informação oferecida.

As instituições escolares são lugares onde as novas competências devem ser adquiridas ou reconhecidas e desenvolvidas. Sendo a literacia informática uma das novas competências, de imediato se coloca uma questão: a das diferentes competências ao acesso à informação e da necessidade de providenciar igualdade de oportunidade sob pena de desenvolvermos mais um fator de exclusão: a info-exclusão. (ALARCÃO, 2005).

No entanto, mesmo resolvido o problema do acesso, permanece o desenvolvimento da capacidade de discernir entre a informação válida e inválida, correta e incorreta, pertinente ou supérflua. Assim, acrescenta-se-lhe a competência para organizar o pensamento e ação em função da informação, recebida ou procurada, e teremos, pelo menos em tese, uma pessoa preparada para viver na sociedade da informação.

O desenvolvimento destas competências e dos contextos formativos que permitirão desenvolvê-las exigem novas atitudes dos educandos, da equipe

gestora¹, responsável por gerir instituições escolares como organizações vocacionadas para educar.

E segundo MORIN (2000), um mundo, marcado por tanta riqueza informativa, precisa com urgência, de um poder clarificador do pensamento, pois, só o pensamento pode organizar o conhecimento e, para conhecer é preciso pensar, ou seja, nu lugar de uma cabeça bem cheia, uma cabeça bem feita. E uma cabeça bem feita é capaz de organizar o pensamento pertinente; entendido como a capacidade de relacionar qualquer informação no contexto ao qual se encontra inserida. Junto a esta concepção, surge a relevância do sentido que se atribui ao que se encontra a sua volta. Assume-se como primordial, a compreensão entendida como a capacidade de perceber os fatos, as pessoas, os objetos e as relações estabelecidas entre todos. (ALARCÃO, 2005).

Dessa forma, se isso é válido para a educação que se pratica, é igualmente válido para a investigação que se realiza sobre a educação. Nesse sentido, segundo a autora, é necessário se esforçar após um período de investigação para atingir a compreensão, estruturante das problemáticas e das potencialidades de intervenção. E para intervir é necessário compreender.

A educação como muitos setores da sociedade, está em crise, e isso não é novidade para ninguém. Importa agora analisar os contornos dessa crise, perceber os fatores que estão na sua gênese, congregar esforços para intervir, de forma, coerente e sistemática.

A escola na era da informação e da comunicação, que se quer também do conhecimento, não detém o monopólio do saber. O educador passa a não ser mais o único transmissor do saber e tem de aceitar situar-se nas suas novas circunstâncias, por sinal, bem mais exigentes. O educando, também não é mais o receptáculo que se deixa encher de conteúdos. Ele precisa aprender a gerir e a relacionar as informações com o intuito de transformá-las no seu conhecimento e no seu saber. Também a escola precisa ser outra escola, pensante e flexível. Sistema aberto sobre si mesmo, e aberto à comunidade a qual se insere.

¹ Entendida nesse trabalho como: educadores, orientadores, diretores, enfim todos os responsáveis pelo funcionamento da instituição escolar, como um todo. Num processo que requer cooperação e participação de seus membros num esforço coletivo. Tendo intuito de gerir uma escola com educação de qualidade.

Conforme afirma, ALARCÃO (2005, p. 16):

“Esta era começou por se chamar a sociedade da informação, mas rapidamente se passou a chamar sociedade da informação e do conhecimento a que, mais recentemente se acrescentou a designação de sociedade da aprendizagem. Reconheceu-se que não há conhecimento sem aprendizagem. E que a informação, sendo uma condição necessária para o conhecimento, não é condição suficiente.”

Assim, o conhecimento tornou-se um bem comum. A aprendizagem ao longo da vida, um direito e uma necessidade. Traduzindo, o reconhecimento das competências que são exigidas aos cidadãos de hoje. O que nos leva a refletir sobre as novas competências exigidas.

2.2 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS NOVAS COMPETÊNCIAS

Podemos considerar que na atual sociedade o valor não está na capacidade de seguir instruções e sim na capacidade de transformar em conhecimento a informação a que graças às máquinas, temos rápido acesso. Como afirma ALARCÃO (2005, p. 17): *“As máquinas hoje são apenas uma extensão do cérebro. O pensamento e a compreensão são os grandes fatores de desenvolvimento pessoal, social, institucional.”*

Segundo ALARCÃO (2005), no início dos anos 90 se reuniram na eripa conceituados industriais europeus e reitores das universidades europeias com o objetivo de pensarem o papel da educação pré-escolar e a necessidade de o sistema de ensino ser articulado através de elos fortes entre os vários ciclos, o pré-escolar, básico, secundário, superior, o relatório ficou conhecido pelo modo como abordaram a noção de competência necessária a uma vivencia na contemporaneidade.

A noção de competência a qual chegaram a um acordo, nesse relatório, incluía não só elementos básicos como: fatos, métodos, conceitos e princípios. Mas sim, capacidades como: saber o que fazer e como, experiência baseada na capacidade de aprender com o sucesso e com os erros, capacidades sociais, redes de contatos, influência, vontade de agir, acreditar, empenhar-se, aceitar responsabilidades e poder.

Concepções desse tipo apontam para uma formação holística e integrada do indivíduo que não se direciona nem pela informação, nem sequer no conhecimento, mas consegue ir para além deles para atingir a sabedoria, característica, aliás, muito prezada aos nossos antepassados gregos.

Todavia como enfatiza ALARCÃO (2005), atingir a sabedoria requer percorrer um percurso gradual, ou seja, subir degrau por degrau e com elevado nível de dificuldade de um para o outro. Para a autora, seria importante nos perguntarmos, até que ponto a escola leva os educandos neste percurso? Provavelmente, para grande parte da população, a resposta será frustrante. Ressaltando que:

“Para alguns poucos ficarão os dados, dados, aliás, que não conseguiram trabalhar, a nível superior da informação e da compreensão. Poucos atingirão a sabedoria. Um número maior desenvolverá a capacidade de visão. O grosso situar-se-á a nível da informação e da compreensão”. (Idem, 2005, p. 18).

Lembrando, que não se deve atribuir só à escola a culpa por esta característica. Temos que considerar as características individuais, assim como a sociedade que, impotente diante de tantos problemas que ela própria criou, atribui à escola expectativas elevadas, sem valorizá-la como devia.

Dessa forma, o livre e responsável exercício da cidadania exige das pessoas a capacidade de pensar a sabedoria para decidir com base numa informação e em conhecimentos sólidos. Pois, o cidadão é hoje considerado cada vez mais como indivíduo responsável. E, o seu direito a ter um papel ativo na sociedade cada vez mais desejado. Nas situações em que esse direito já foi conquistado, trata-se de uma grande conquista, o que, infelizmente não acontece de forma universal.

Para ALARCÃO (2005), esta dimensão sócio-política tem de ser levada em conta. Nem políticos e educadores podem ignorá-la, pois a construção do poder pelo cidadão, não se resume a aquisição de mais poder e direitos. Mas se traduz na capacidade real para exercer esse poder na construção de uma cidadania participativa.

Um dos autores que mais tem trabalhado a questão das competências é Philippe Perrenoud. Por essa razão abordaremos nesse trabalho, algumas considerações desse autor. O autor define competência como a faculdade de

mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, saberes, capacidades, informações, etc., para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações (PERRENOUD, 2001).

O trabalho sobre competências implica a transferência e a mobilização de capacidades e conhecimentos em situações reais. O autor define uma série de oito competências fundamentais para a autonomia das pessoas. O professor que trabalhe neste contexto deve optar por problemas e projetos, propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar os seus conhecimentos e, em certa medida, a completá-los. Trata-se de uma pedagogia ativa e cooperativa, aberta para o mundo e para a vida (PERRENOUD, 2001).

Segundo PERRENOUD a avaliação de competências deve basear-se nos princípios da avaliação autêntica propostos por WIGGINS (1990):

- Incluir tarefas contextualizadas; - dizer respeito a problemas complexos;
- Contribuir para que os alunos desenvolvam ainda mais as suas competências;
- Exigir a utilização funcional dos conhecimentos disciplinares; - não obedecer a constrangimentos temporais;
- Dar a conhecer a tarefa e as suas exigências antes da situação de avaliação;
- Exigir um certo grau de colaboração entre pares;
- Levar em consideração as estratégias cognitivas e metacognitivas utilizadas pelos estudantes;
- Ter em conta apenas os erros importantes sob o ponto de vista do desenvolvimento de competências.

Dessa forma, a avaliação deve fundir-se, segundo o autor, no trabalho de aprendizagem. Sem saberes não há competências e estas se manifestam nas ações. Não podem faltar os recursos a mobilizar e estes devem ser mobilizados em tempo útil e de forma consciente.

Compreender o mundo, os outros, a si mesmo e as inter-relações que estes vários componentes estabelecem, e, sobre tudo isto, ser capaz de interagir se configura no alicerce da cidadania.

2.3 OS EDUCANDOS, EDUCADORES E A SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM

Segundo TAVARES (1996), numa sociedade que aprende e se desenvolve, ser aluno é ser aprendente, ou seja, estar em constante interação com as oportunidades que o mundo lhe oferece. Mais do que isto, é aprender a ser aprendente ao longo da vida. O educando precisa se assumir como um ser que observa o mundo e a si, se questiona e procura atribuir sentido aos objetos, aos acontecimentos e às interações. Precisa se convencer de que tem de ir à procura do saber. Busca ajuda nos livros, nas discussões, nas conversas, no pensamento, no educador. Confia no educador a quem a sociedade entrega a missão de orientá-lo nessa caminhada. No entanto, é ele que tem de descobrir o prazer de ser uma mente ativa e não meramente receptiva.

Dessa forma, para DEMO (1999), a sala de aula deixou de ser um espaço onde se transmitem conhecimentos, passando a ser um espaço onde se procura e se produz conhecimento. Uma concepção de educação nesse sentido implica a utilização de estratégias de organização das aprendizagens que residem no próprio aluno e promovam a sua capacidade de auto e hetero-aprendizagem. E que, por isso mesmo, lhe conferem poder, o responsabilizam e autonomizam e, deste modo, contribuem para tão desejada democratização.

Conforme, afirma ALARCÃO (2005, p. 30):

“Está capacidade de interagir com o conhecimento de forma autônoma, flexível e criativa é a melhor preparação para a vivência no nosso mundo supercomplexo, incerto, sempre pronto a exigir novos saberes, inspiradores de novas ações.”

Ao colocar ênfase no sujeito que aprende, pergunta-se, qual o papel dos educadores? Seria criar, estruturar e dinamizar situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e autoconfiança nas capacidades individuais para aprender são competências que o professor de hoje tem de desenvolver. Segundo DELORS (1996), aprender a ser aluno é fundamental para aprender a conhecer, a fazer e a viver com os outros, são os quatro pilares da educação. São as bases para o desenvolvimento efetivo do aluno.

De acordo, com NÓVOA (2002, p. 252):

“É verdade que, hoje, ele (o conhecimento) se encontra disponível uma diversidade de formas e de lugares. Mas o momento de ensino é fundamental para o explicar, para revelar a sua apreensão crítica”.

Nessa perspectiva CHALITA (2004, p. 161), enfatiza que:

“O professor – eis o grande agente do processo educativo. A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista em equipamentos, em laboratórios, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol – sem negar a importância de todo esse instrumental -, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparados ao papel e à importância do professor”.

Nessa mesma lógica das capacidades e das atitudes que pretende ajudar a desenvolver nos alunos, o educador tem, também ele, de se considerar num constante processo de auto-formação e identificação profissional. E, o desenvolvimento do espírito crítico faz-se no diálogo, no confronto de ideais e de práticas, na capacidade de ouvir o outro, assim, como na capacidade de ouvir a si próprio e de se autocriticar.

Segundo afirma, ALARCÃO (2005, p. 33), o grande desafio do educador consiste em:

“Desenvolver nos alunos, futuros cidadãos, a capacidade de trabalho autónomo e colaborativo, mas também o espírito crítico”. No entanto, adverte a autora, “cuidado! O espírito crítico não se desenvolve através de monólogos expositivos.”

Dessa forma, essas mudanças abordadas, não se situam só no nível dos educandos e dos educadores. Elas estendem-se ao nível da organização que é a escola.

2.4 INSTITUIÇÃO ESCOLAR E EQUIPE GESTORA

Para ALARCÃO (2005), de uma maneira geral as instituições escolares ainda não compreenderam que, também precisam se repensar enquanto organização, pois não perceberam ainda que somente elas podem transformar-se a si próprias. Constitui-se num processo que precisa acontecer de dentro para fora. Com as pessoas que as constituem: educadores, educandos, diretores, orientadores, enfim com os funcionários de um modo geral.

Para a autora, as escolas que perceberam esse fenômeno, começaram a funcionar como comunidade auto-criticas, aprendentes. Constituindo o que define como escola reflexiva. Entendida como:

“Organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar da sua atividade em um processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo” (ALARCÃO, 2001, p. 25).

Assim, a escola para atuar de forma transformadora, precisa ser auto-gerida a partir de um projeto-político-pedagógico próprio, construído com a colaboração de seus membros. Sabe para onde ir e avalia permanentemente seu caminho, buscando na comunidade local a interação necessária para a resolução de seus problemas. Antes tudo, acredita no potencial de sua equipe de trabalho, cuja capacidade de ação é sempre incentivada. Envolve os educandos na construção de uma escola melhor e principalmente, não se esquece da contribuição dos pais e de toda a comunidade.

Conforme, LUCKESI (2007, p. 15):

“Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A ‘cara da escola’ decorre da ação conjunta de todos esses elementos”.

CAPITULO 3 – CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

3.1 ESCOLA , COMUNIDADE COM PROJETO

Dentro das atuais perspectivas, já abordadas anteriormente, assume particular relevância o movimento em favor da autonomia das escolas e do projeto de escola que tanto se tem discutido nos últimos tempos. De acordo com CANÁRIO (1992), o estabelecimento de ensino tem vindo a assumir uma importância cada vez maior nos discursos e nas práticas educativas, a partir do início da década de 80, como resultado de tendências convergentes que se situam em três níveis distintos: o nível da mudança educacional, em que a escola aparece como construção social onde sobressai a importância da ação e da interação, entre seus diferentes atores; o nível da investigação educacional, em que o estabelecimento de ensino emerge como objeto - científico; e o nível da formação, em que se privilegia a formação centrada nos estabelecimentos de ensino.

Dessa forma, ainda segundo o referido autor:

*“O projeto educativo surge como o instrumento, por excelência, da construção da autonomia do estabelecimento de ensino, e institui-se como um processo capaz de articular e fundir as três tendências **que assinalamos** (grifo nosso). Corresponde a um processo de produção de conhecimento (investigação), a um processo de mudança organizacional (inovação), e a um processo de mudança de representações e de práticas dos indivíduos (formação).” (Idem, 1992, p. 12).*

Assim, então se pergunta o que é um projeto-político-pedagógico? De uma maneira, muito sucinta, juntamente com MACEDO (1995), o projeto da escola se constitui na carta na carta de definição da política educativa.

Buscando nessa mesma autora, uma definição de projeto educativo mais amplo de escola, sendo definido como:

“O cerne da política da escola – política distinta e original de cada comunidade educativa, definida na gestão de tensões positivas, princípios, normas nacionais e objetivos, necessidades, recursos e modos de funcionamento específicos de cada escola”. (Idem, 1995, p. 113).

No entanto, tendo a escola por missão educar e instruir, o projeto deve se centrar no modo como a escola se organiza para criar as condições de aprendizagem e desenvolvimento inerentes ao Currículo. Idéia importante a ser considerada, nessa perspectiva.

Diante da multiplicidade de sentidos que se atribuem ao currículo no seu sentido lato, ou melhor, como conjunto de aprendizagens proporcionadas pela escola e consideradas socialmente necessárias num dado tempo e contexto. Para ALARCÃO (2005), a noção de currículo é central na noção de escola e tem de assumir o primeiro lugar na noção de projeto educativo de escola.

ROLDÃO (2000, p. 17), ressalta que é: *“O currículo que legitima socialmente a escola, como instituição a quem a sociedade remete a ‘passagem’ sistemática (das) aprendizagens tidas como necessárias”.*

Como podemos perceber, a escola tem a capacidade de pensar pra se projetar e desenvolver. O projeto de escola na sua dimensão de produto, é um documento. Mas esse projeto/documento resulta de um processo de pensamento sobre a missão da escola e o modo como ela se organiza para cumprir essa missão. Mas também, de acordo com ALARCÃO (2005, p. 90): *“É o resultado de um processo delineado, o que faz com que ele, uma vez aprovado se constitua como referência sistemática de atuação e avaliação”.*

Assim, o projeto aparece na sua dimensão de processo e de produto, de preferência e de referência. Esta idéia de um produto que se assume como referência, para ALARCÃO (2005), se constitui no cerne de uma gestão reflexiva.

Dessa forma, a gestão democrática surge para fixar novas idéias e estabelecer na instituição uma orientação transformadora. Conforme, enfatiza a

CONSTITUIÇÃO (1988) em seu artigo 206, inciso VI e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996) em seu artigo 14.

“Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

O que implica utilizar o espaço escolar como um recurso de educação para todos, dentro da perspectiva do “aprender a viver juntos”, de tal forma que os espaços públicos e particulares possam ser respeitados, de modo ativo, ou seja, no sentido de agir a favor de um modo mais satisfatório de vida para todos.

Conforme GADOTTI (1994, p. 48): “A gestão democrática é condicionante imprescindível da qualidade”. Para tanto, faz-se necessário, por sua vez, que a comunidade, os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parcela de responsabilidade pelo projeto da escola.

Nesse sentido, a participação se constitui em um dos pontos fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar. Pois, uma gestão democrática precisa da participação ativa da comunidade escolar, no momento de partilhar o poder e tomar uma decisão. O que implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão.

De acordo LUCKESI (2007), própria sala de aula é um lugar de gestão e, principalmente, de aprendizagem da gestão democrática, não só da escola, mas da vida. Exercitar a gestão democrática na escola é uma forma de ensinar e aprender.

É neste cenário que a orientação está nomeada como fazendo parte da educação e por esse motivo deve pensar, hoje, nas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas na qual ela acontece. Devem-se, por esse motivo, definir as tarefas de um orientador engajado com as transformações sociais, com a o momento histórico em que está inserido.

3.2 ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Segundo GRINSPUN (2003, p. 28), a concepção de orientação educacional dentro, das atuais preceptivas, deve estar comprometida com: a) a construção do conhecimento, por meio de uma visão da relação sujeito-objeto; b) a realidade concreta da vida dos alunos, considerando-os como atores de sua própria história; c) a responsabilidade do processo educacional na formação da cidadania, valorizando as questões do saber pensar, saber criar, saber agir e saber falar na prática pedagógica; d) a atividade realizada na prática social, levando em consideração que é dessa prática que provém o conhecimento e que ele se dá como um empreendimento coletivo; e) diversidade da educação, questionando valores pessoais e sociais; f) a construção da rede de subjetividade que é tecida em diferentes momentos na escola e por ela; g) o planejamento e a efetivação do projeto- político- pedagógico da escola.

Tomando como referência, o modo apresentado por GRINSPUN (2003), a orientação educacional define-se como um conjunto articulado e coerente de tarefas e ações que tendem a promover um ensino diversificado e de qualidade, dando atendimento aos diferentes usuários, juntamente com a colaboração dos diferentes sistemas e agentes da escola.

Se compararmos estas características com as dimensões que emergem das concepções abordadas, sobre o ideal de uma escola, pautada pela eficácia do processo educativo. Verificamos a presença de denominadores comuns.

Assim, as abordagens em torno da instituição escolar têm vindo a salientar uma série de variáveis, sintetizadas por ZABALZA (1992), da seguinte forma: liderança efetiva e orientada no sentido da melhoria da educação (e não apenas limitada ao desempenho de funções administrativas); clima de escola ordenado e disciplinado; articulação e organização curriculares concensualizadas sobre objetivos a atingir e procedimentos para alcançá-los; coordenação entre os níveis; organização dos recursos; participação das famílias; continuidade, promoção e oportunidades de formação para os educadores; sentimento de vinculação á escola; expectativas de êxito generalizado.

Dessa forma, a gestão de uma escola, compromissada com a transformação social, leva-nos a identificar cinco dimensões imprescindíveis às

instituições que desejam uma atuação pautada na reflexão: liderança, modelo mental, visão partilhada, aprendizagem em grupo e pensamento sistêmico.

O que implica a participação direta e efetiva do orientador educacional, como parte integrante desse grupo que compõem a escola. Educador, cuja formação encontra-se ligada à Lei 5.564, de 21 de dezembro de 1968.

O artigo 5º da referida Lei versa que constituem atribuições do orientador educacional o aconselhamento de alunos, outras tarefas que lhe são peculiares e lecionar as disciplinas das áreas de orientação educacional.

O decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973 regulamenta a Lei 5564 e nele o objeto da Orientação Educacional se delimita, constituindo-se claramente na assistência ao educando. O artigo 9 do decreto assinala as atribuições desse profissional de maneira mais ampla:

- “a) participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;*
- b) participar no processo de caracterização da clientela escolar;*
- c) participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;*
- d) participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;*
- e) participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;*
- f) participar do processo de encaminhamento de alunos estagiários;*
- g) participar no processo de integração escola-família-comunidade;*
- h) realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.”*

Até a vigência da Lei 5692/71 (a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação), as condições para a formação e exercício das atividades (cargos e funções) dos especialistas de educação estavam regulamentadas. Em 1998 foi revogada a última portaria Ministerial que tratava do Registro de Professores e Especialistas em Educação, sob a alegação de que a nova LDB (Lei 9394/96) não mencionava a exigência do registro e que as condições para o exercício profissional ficaria então a cargo dos sistemas e unidades escolares

Dessa forma, a orientação educacional, para um bom desempenho de suas atribuições, precisa estar envolvida com a escola num processo cooperativo e participativo com a equipe gestora, educadores, educandos, família e a comunidade. Sendo fundamental o papel da família na educação em geral e no próprio trabalho do orientador educacional.

Em relação à importância da família na vida escolar dos educando, NÉRICI (1992), chama a atenção para o fato de que: “*é preciso convencer a família quanto às suas obrigações de educação e sempre que necessário, fornecer-lhe a orientação para o bom desempenho das mesmas.*”

Assim sendo, nesse acompanhamento co-responsável, o orientador educacional como explicitado. Participa da elaboração do projeto político-pedagógico e acompanha o desenrolar das ações da escola num processo permanente de acompanhamento e avaliação. Esses momentos de avaliação servem como diagnóstico, ou seja, como apresentações da realidade que, por sua vez, indica quais aspectos podem ser mantidos, quais os que devem ser revistos na prática cotidiana da escola e quais novos procedimentos precisam ser propostos.

Contextualizada, a sociedade do conhecimento e da aprendizagem, o desafio fundamental que se põe ao pedagogo, hoje, extrapola as esferas especificamente pedagógicas, situando-se na sociedade capitalista, a qual põe continuamente, para si mesma, problemas que não é capaz de resolver.

A garantia desses espaços de participação implica, pois, a transformação das relações sociais vigentes. Romper com as práticas tecnicistas e tradicionais não é uma tarefa simples, ao contrário, lutamos contra uma organização escolar burguesa dentro de um sistema de produção burguês. É preciso conhecer as leis que regem a sociedade capitalista para compreender as suas relações e, assim, poder intervir com mais objetividade. Como profissionais da educação a nossa função é refletir sobre os problemas sociais e educacionais e procurar possíveis encaminhamentos visando à superação das relações atuais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a proposta definida, nesse trabalho, de analisar como a orientação educacional pode atuar junto à equipe gestora, contribuindo para a efetivação de uma gestão escolar democrática e participativa. É importante enfatizar a formação desse profissional.

Deve ser formado em pedagogia, tendo como referenciais as teóricas críticas da educação, sendo um educador consciente, responsável pela construção de seu conhecimento, preocupado com a análise crítica das realidades sociais, buscando alternativas de ação para transformação dessa realidade.

Outro aspecto importante a ser enfatizado no perfil desse profissional é o seu compromisso ético com a educação, que se revela na visão clara da realidade social sendo que o mesmo mostre facilidade em se relacionar com todos os segmentos da escola

Podemos considerar diante da abordagem elencada no decorrer do desenvolvimento do trabalho, como atribuições do orientador educacional, junto à escola: coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-a no processo educativo global; coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando; sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias no conhecimento global do educando; sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigem assistência especial; desenvolver a compreensão dos valores,

das implicações e das responsabilidades em relação à dimensão e sexual da personalidade do aluno; colaborar na análise dos indicadores de aproveitamento escolar, evasão, repetência; desenvolver no aluno atitudes de cooperação sociabilidade, respeito, consideração, responsabilidade, tolerância e respeito às diferenças individuais.

No que se refere aos educandos: realizar sessões de orientação com cada série propondo temas (textos, trabalhos em grupo, vídeo, informática, debates, atividades extraclasse, entre outras) indo ao encontro dos objetivos propostos e das necessidades e interesses da faixa etária a ser trabalhada; realizar reuniões com representantes de classe e/ou comissões; participar dos eventos da escola (atividade extraclasse, jogos, festa junina, encontros, viagens etc.); realização de atendimentos individuais e/ou pequenos grupos; atendimentos individuais, sempre que for necessário para análise e reflexão dos problemas encontrados em situações de classe, recreios, cuidado com material de uso comum, respeito aos professores e funcionários; atendimentos grupais sempre que for necessário para situações de grupo; esclarecer quanto a regras e sanes no que diz respeito ao cumprimento ao cumprimento das normas do colégio.

Junto aos educadores: divulgar perfil das classes; organizar arquivos e fichas acumulativas; propor estratégias comuns entre os professores, coordenação e orientação; realizar atendimentos individuais e/ou grupo nas reuniões de curso para receber ou fornecer informações necessárias dos alunos; analisar e avaliar dos resultados quantitativos dos alunos, das classes junto à coordenação para posterior encaminhamento; participar das reuniões de curso; participar na preparação e realização dos conselhos de classe; organizar e participar junto à coordenação das atividades extracurriculares. - Treinamento de professores em observação e registro do comportamento do aluno; descobrir através da auto-avaliação e da execução de atividades, suas dificuldades e facilidades; descobrir sua forma de relacionar-se com os colegas e profissionais da escola; pesquisar sobre as causas de desajustamento e aproveitamento deficiente do aluno.

Ao lidar com a família: desenvolver atitudes favoráveis à efetiva participação dos pais na tarefa educativa; orientar os pais para que tenham atitudes corretas e relação ao estudo dos filhos; identificar possíveis influências do ambiente familiar que possam estar prejudicando o desempenho do aluno na escola e atuar

sobre elas; contribuir para o processo de integração escola-família-comunidade, atuando como elemento de ligação e comunicação entre todos; identificar possibilidades e disponibilidades de colaboração por parte dos pais, em relação à escola.

Essas atribuições deixam claro que, gerir democrática e participativamente a escola significa usar de todas as oportunidades que ela oferece, tanto para realizar práticas como para aprender condutas com elas. Mais importante do que os resultados práticos imediatos da gestão democrática é a aprendizagem para vida pessoal e social. Afinal, a escola não é uma oficina produtiva, mas sim um lugar de aprendizagem e desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases redirecionou as formas de organização e gestão. A esse respeito à lei estabelece o princípio da gestão democrática, ou seja, a necessidade de que a gestão das escolas se efetive por meio de processos coletivos envolvendo a participação da comunidade local e escolar. Assim, por gestão democrática entendemos a garantia de mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram.

Portanto, o papel do orientador educacional é contribuir, intervindo e atuando junto aos educandos, educadores e familiares. Mobilizando ações, de forma dinâmica e ousada para resoluções dos conflitos que possam surgir, melhorando o processo de ensino e aprendizagem. E, assim, contribuindo para uma interação mais participativa e significativa, entre os agentes envolvidos no processo educativo. O, que requer o envolvimento e a articulação, em âmbito escolar, da organização escolar, como um todo, interligando, um trabalho de parceria que envolve os setores administrativos e pedagógicos. Pressupondo a existência de espaços propícios para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. Com a finalidade de desempenhar com eficácia seu papel, cujo, objetivo final é o pleno desenvolvimento do educando, ou seja, formar um cidadão crítico e atuante.

E para finalizar, é imprescindível termos em mente que, todos nós habitamos a escola sabemos que fazemos parte de um sistema social em que coexistem diferentes atores, filosofias, percepções e objetivos e muitos jogos de poder conflituosos. A gestão de uma escola reside na capacidade de mobilizar cada

um para a concretização do projeto instrumental, sem perder nunca a capacidade de decidir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Izabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 4. d. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

CANÁRIO, R. **O estabelecimento de ensino no contexto local**. Lisboa: Educa, 1992.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. 11ª ed., São Paulo: Gente, 2004.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação, um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: ASA, 1996.

DEMO, P. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo, Atica, 1994.

_____. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 2001.

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin. **A prática dos orientadores educacionais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996 a.

_____. **Conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** São Paulo, Cortez, 1996 b

_____. **Orientação educacional:** conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (org.). **Supervisão e orientação educacional:** perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜCK, Heloísa. **Auto-avaliação escolar:** mecanismos de gestão e melhoria contínua do ensino. Gestão em rede, Curitiba, v. 34, 2002.

LUCKESI, C. C. . **Gestão democrática na escola, ética e sala de aula.** Revista ABC Educatio, São Paulo, p. 171-174, nº 64, v. 64, mar. 2007.

MACEDO, B. **A construção do projecto educativo de escola.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma. repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2000.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à orientação educacional.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação.** Revista Nova Escola, Edição nº 154, p. 18-25, ago. 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 1997

PERRENOUD, Philippe. **Porquê construir competências a partir da escola ? Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades.** Porto: ASA Editores, 2001.

ROLDÃO, M.C. **Currículo e gestão das aprendizagens: as palavras e as práticas.** Aveiro: Universidade de Aveiro, CIFOP, 2000.

SAVIANI, D. **A supervisão educacional em perspectiva histórica:** da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Supervisão educacional:** para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 2000.

TAVARES, J. **Uma sociedade que aprende e se desenvolve.** Relações interpessoais. Porto: Porto Editoras, 1996. (Coleção CIDInE).

WIGGINS, G. **O processo de avaliação autêntica.** Trad. Jarbas Novelino Barato. São Paulo: Publication Year :Eric Digest, 1990.

ZABALZA, M. **Do currículo ao projecto de escola.** Lisboa: Educa, 1992.